

As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais: motivações e dificuldades

Claudia Neves da Silva*

RESUMO

A partir da constatação de que o crescimento das igrejas pentecostais tornou-se um importante fenômeno religioso, surgiu o interesse em analisar como o aumento do pentecostalismo repercute na sociedade brasileira, mais especificamente na assistência social, e as motivações de determinadas igrejas pentecostais ao se voltarem para esta área, até poucos anos um campo inexplorado por seus líderes espirituais, haja vista que seus fundamentos religiosos e sua concepção de mundo preveem tão-somente a força e a ação do Espírito Santo para a superação dos problemas espirituais e sociais. Por meio de entrevistas com os pastores das igrejas que mantêm ou mantiveram instituições socioassistenciais, objetivou-se conhecer as razões que os levaram a ir além da oração para o atendimento aos excluídos de bens materiais e serviços sociais da comunidade.

Palavras-chave: Pentecostalismo, pastores, pobreza, assistência social, instituições assistenciais

The social services promoted by pentecostal churches: motivations and difficulties

Abstract

Starting from the verification that the growth of the pentecostals churches became an important religious phenomenon, the interest appeared of analyzing as the increase of the pentecostalism in the Brazilian society, more specifically in the social service and the motivations certain pentecostals churches in if they return for this area, even few years ago an unexplored field for their spiritual leaders, have seen that their religious foundations and their world conception so only foresee the Holy Spirit force and action for overcome of the spiritual and social problems. Through interviews with the shepherds of the churches that maintain or maintained social institutions, it was aimed

* Doutora em História. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisa na área de História das Religiões. claudianeves@sercomtel.com.br

at to know the reasons that took them to go besides the prayer for the service to the excluded of material goods and the community's social services.

Keywords: Pentecostalism, shepherds, poverty, social service, social institutions

Las acciones asistenciales promovidas por las iglesias pentecostales: motivaciones y dificultades

Resumen

A partir de la constatación de que el crecimiento de las iglesias pentecostales se convirtió en un importante fenómeno religioso, surgió el interés de analizar como el aumento del pentecostalismo repercute en la sociedad brasileña, más específicamente en la asistencia social y las motivaciones de determinadas iglesias pentecostales que se volvieron hacia esa área, hasta pocos años atrás un campo no aprovechado por sus líderes espirituales, ya que sus fundamentos religiosos y su concepción de mundo proveen solamente la fuerza y la acción del Espíritu Santo para superar los problemas espirituales y sociales. Por medio de entrevistas a pastores de las iglesias que mantienen o mantuvieron instituciones socio-asistenciales, se objetivó conocer las razones que los llevaron a ir más allá de la oración hacia la atención a los excluidos de bienes materiales y servicios sociales de la comunidad.

Nas últimas quatro décadas, as manifestações religiosas têm apresentado uma visibilidade social crescente, já que a procura por respostas diante de fatos inexplicáveis, como doença, morte e consolo para as aflições do dia a dia, tem levado homens e mulheres ao encontro de experiências que escapam da esfera terrena e entram no plano do sagrado. Dentre a diversidade de manifestações, constata-se que o movimento pentecostal é o que apresenta maior crescimento, possibilitando às igrejas evangélicas pentecostais ocuparem mais e maiores espaços na sociedade brasileira.

Esse crescimento tornou-se, a partir da década de 1970, um importante fenômeno religioso, em razão da presença e participação de membros das igrejas pentecostais serem observadas em várias áreas, como na política, cultura, economia e social. Esse fato chama a atenção porque se dá em um país em que a Igreja Católica detém, por enquanto, a hegemonia no campo religioso, um relativo poder de influência no campo político e presença significativa nas camadas médias e populares. Uma religião que esteve presente na formação do Estado brasileiro desde o período colonial.

A partir dessa constatação, surgiu o interesse em entender como o aumento do pentecostalismo na sociedade brasileira repercute em diferentes setores, mais especificamente na área da assistência social, e quais as motivações de determinadas igrejas pentecostais em se voltarem para esta área, até

poucas décadas um campo inexplorado por seus líderes espirituais, haja vista que a teologia pentecostal prevê tão-somente a força e a ação do Espírito Santo para a superação dos problemas.

Essa era (e ainda é) uma área em que predominava a ideia de uma prática caritativa em favor das vítimas do infortúnio e incapazes de manter a si e a sua família. Esta concepção de assistência possibilitou ao Estado transferir para a sociedade civil o atendimento aos excluídos do trabalho, do acesso aos bens, serviços e riquezas da sociedade. Ademais, é um setor sensível aos interesses daqueles que desejam penetrar nos segmentos mais empobrecidos em busca de maior número de colaboradores, seguidores ou eleitores.

Na verdade, a ação assistencial promovida por diferentes segmentos não se dá somente na atualidade, mas foi fato presente em diferentes momentos históricos, pelo fato de a pobreza e os pobres serem invariavelmente tratados como inimigos da ordem pública e precisarem ser combatidos e controlados, ora pela coerção, ora pela coação. E a assistência material tornou-se um poderoso instrumento de controle social dessa população numerosa e relegada a segundo plano. Como instituições inseridas no movimento da realidade, as igrejas também se utilizaram da população carente de bens materiais e de apoio espiritual para atender às suas próprias demandas.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que quando nos referimos à pessoa, família ou grupo social pobre não nos restringimos à ideia de que são indivíduos desprovidos de renda suficiente para adquirir medicamentos, alimentação, vestuário e bens materiais para suas necessidades básicas. Na verdade, ser pobre vai além da dimensão física; e, para melhor compreender seu significado, adotamos como base para explicar o que é ser pobre o conceito desenvolvido por Abranches (1987) e Soares (2003) e procuramos elaborar, a partir destes dois pesquisadores, uma definição que se aplica no presente artigo.

Pobre é a pessoa, família ou grupo social que consome toda a sua energia e tempo na luta pela subsistência, não lhe restando tempo e forças físicas para ajuntar recursos a fim de melhorar as condições de vida. Nesta luta pela sobrevivência, não está envolvida apenas a dimensão física e biológica, a dimensão subjetiva também está presente, como a perda da autoestima e da própria identidade, a pouca expectativa em relação ao futuro, a fragilização dos laços familiares e sociais, o ressentimento e a apatia diante da desnutrição, da fome, da morte.

Essa privação dos meios de subsistência imposta a homens, mulheres, idosos, adolescentes, crianças e pessoas portadoras de deficiência e a dificuldade, às vezes impossibilidade, de acesso aos serviços sociais (habitação, saúde, educação, lazer, transporte, assistência social) e à infra-estrutura básica (esgoto sani-

tário, água potável, coleta de lixo) ocasionam dependência de ações emergenciais, de programas assistenciais governamentais e da filantropia privada. Tal situação não nasceu com o modo de produção capitalista, mas agravou-se sobremaneira com a instituição da lógica de uma economia de mercado.

Para desenvolver o estudo, selecionamos as igrejas que fundaram e mantêm instituições assistenciais e recebem ou já receberam recurso financeiro do poder público, porque suas ações exigiram organização e planejamento de seus pastores, ou seja, uma compreensão mínima dos trâmites legais e uma concepção minimamente elaborada do significado de assistência social, excluindo, desta forma, aquelas que se limitam à distribuição de cestas básicas, roupas e remédios.

O principal instrumento de coleta de dados foram as entrevistas com os pastores dessas igrejas, que nos forneceram as pistas para alcançar o objetivo da pesquisa. No presente artigo, os pastores estão identificados por número. Assistir aos cultos das igrejas que fazem parte do universo da pesquisa fez-se necessário para apreendermos como se dá o comportamento e as atitudes dos fiéis quando se reúnem para celebrar e ouvir a pregação da palavra de Deus pelo pastor.

É no discurso que se encontra o intercâmbio das falas, ações, pensamentos, estratégias e intenções de pastores das igrejas, e o acesso e a pesquisa nessas fontes possibilitaram compreender a doutrina e a teologia das denominações religiosas, a intencionalidade e a especificidade de cada uma delas no que tange aos valores espirituais e morais, a concepção de mundo que é transmitida aos membros das igrejas, bem como sua repercussão nos trabalhos desenvolvidos na área assistencial.

Limitamos o universo da pesquisa aos pastores porque estes, como líderes espirituais, produzem, reproduzem e reforçam práticas, crenças e símbolos religiosos, cuja importância reside no fato de perpetuar convicções e valores. E, por esta razão, não incluímos os fiéis porque estes, em sua prática religiosa, usualmente acatam as orientações de seus líderes espirituais – particularmente no que se refere à ajuda material e espiritual aos mais pobres –, assegurando a continuidade da instituição religiosa.

As condições materiais objetivas de homens e mulheres condicionam sua percepção e atitudes diante das situações que acontecem ao seu redor, de sua concepção de vida, de religião, de política, de economia, de cultura. E, se nos voltarmos para as igrejas pentecostais, verificaremos que as práticas e representações de seus agentes, ou melhor, seus pastores, diáconos, evangelistas, presbíteros, ajustam-se ao *habitus* do grupo social no qual estão inseridos, produzindo e reproduzindo as “estruturas objetivas das quais são produtos” (BOURDIEU, 1983:61) em seus cultos, orações, evangelizações

e pregações. Além do que, não podemos nos esquecer que esses pastores e seus ouvintes estão imersos no campo religioso de seu tempo e expressam sentimentos e opiniões de um lugar determinado.

A ação social das igrejas históricas

Ao voltar a atenção inicialmente para as Igrejas Protestantes Históricas¹, verificamos que sua atuação na área assistencial nas primeiras décadas do século XX se dava por iniciativas de membros das igrejas, como visitas a hospitais, asilos e presídios com a finalidade de “levar a palavra de Deus”.

No que se refere às atividades organizadas e sistematizadas que contavam com o apoio e incentivo da administração da igreja, estas se voltaram majoritariamente para a educação formal, cuja finalidade consistia em expandir a mensagem evangélica ao maior número possível de pessoas, mas, principalmente, conquistar e garantir legitimidade em uma sociedade na qual predominavam os ideais e os valores católicos. Escolas e colégios para crianças e adolescentes, assim como universidades para os jovens, foram criados nos principais centros urbanos brasileiros.

Também há que se destacar a criação de hospitais para atendimento à população em diversas cidades, supondo-se que também com a finalidade de garantir maior espaço público e legitimidade social, já que a atenção à saúde era, e ainda é, de interesse de todos, independentemente de classe social e confissão religiosa.

Ao buscarmos nos teólogos protestantes uma explicação que justificasse a pouca presença e participação das Igrejas Históricas no enfrentamento da questão social, encontramos em Escobar (1969) a possível explicação para tal fato. Segundo ele, essa pouca atenção das igrejas evangélicas do Brasil com a questão social deveu-se à sua afinidade com os princípios pietistas das missões evangélicas que para a América Latina se dirigiram, as quais valorizavam a dimensão espiritual da fé e rejeitavam as situações e questões que se referiam à dimensão “mundana”. A fé no poder de Jesus Cristo e a oração seriam os instrumentos para superar as adversidades materiais e espirituais.

Contudo, a partir da segunda metade do século XX, teólogos e intelectuais dessas igrejas voltaram seus olhos para as “coisas do mundo”, isto é, os problemas sociais. Esse novo olhar para as necessidades sociais de homens e mulheres exigiu a elaboração de uma teologia que avaliasse e compreendesse as condições materiais e espirituais da sociedade, dando

¹ Utilizaremos as definições Igreja Protestante Histórica ou Igreja Protestante de Missão para designar as Igrejas Luterana, Anglicana, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Metodista e Batista.

origem à denominada Teologia da Missão Integral da Igreja, cujo propósito era a atenção à evangelização e à ação social.

Dois teólogos, René Padilla e Samuel Escobar, destacaram-se na elaboração e difusão dessa teologia considerada inovadora diante do que vinha sendo desenvolvido pelas igrejas, ao romper com uma perspectiva unicamente espiritualista e afirmando que a missão da igreja estaria na evangelização, sua principal tarefa, mas também no serviço, pois este ocorreria na realidade humana, alicerçada em estruturas sociais concretas. Se a igreja não reconhecesse estas estruturas nas quais também se encontra, ela desfiguraria e descontextualizaria o Evangelho, não efetivando realmente a evangelização. Conforme suas palavras, Deus encarnou-se no mundo, por meio de seu filho, Jesus Cristo, portanto, a missão evangelizadora deveria dar-se com a atenção voltada também para os fatores culturais, sociais e econômicos.

Afirma Padilla (1992:202):

Não é possível entender corretamente a missão da igreja independentemente da missão de Jesus. É a manifestação, ainda que não completa, do Reino de Deus tanto por meio da proclamação como por meio da ação e do serviço social [...]. Por meio da igreja e de suas boas obras, o Reino de Deus se torna historicamente visível como uma realidade presente. As boas obras, portanto, não são meros apêndices da missão, mas uma parte integral da manifestação presente do reino [...].

Ainda segundo esse teólogo, Deus é o criador e juiz da humanidade, e quer justiça e reconciliação para todos. Cabe à igreja manifestar o Reino de Deus, tanto por meio da proclamação do Evangelho, porque é uma mensagem de libertação do materialismo e do consumismo exacerbado, como por meio do que faz, ou seja, das boas obras: “A palavra e a ação estão indissolavelmente unidas na missão de Jesus e de seus apóstolos, e devemos mantê-las unidas na missão da Igreja, na qual se prolonga a missão de Jesus até o final do tempo” (PADILLA, 1992:206).

Enfim, anúncio do Reino de Deus e ação social estariam intrinsecamente ligados nas palavras de Jesus Cristo e caberia à igreja, em sua missão na sociedade, manter estas duas dimensões unidas, tendo a ação do Espírito Santo como principal mediador e interventor.

Sob essa perspectiva teológica, conferências evangélicas (CELA) e congressos de evangelização (CLADE) foram realizados em algumas das principais cidades da América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, como Buenos Aires, Lima e Bogotá, onde seus participantes enfatizaram e divulgaram a Teologia da Missão Integral, com destaque para o fato de que a mensagem do Evangelho deveria ser pregada tendo-se por preocupação o serviço e a justiça social.

Mas, foi no Congresso Internacional de Evangelização Mundial que reuniu 2.700 líderes de igrejas evangélicas na Suíça, em 1974, que se elaborou e aprovou o denominado Pacto de Lausanne, que sedimentou a concepção de missão integral, levando as igrejas de missão a transcenderem as atividades proselitistas missionárias e ampliarem suas atividades socioassistenciais.

Entre os artigos contidos no Pacto, há um que trata especificamente da importância de uma maior responsabilidade com a área social:

Afirmamos que a evangelização e o envolvimento sociopolítico são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam (PACTO..., 1974).

Como se pode apreender do exposto, houve destaque para a dimensão social da pregação e do testemunho do cristão, ou seja, optou-se por uma evangelização que contemplasse os problemas sociais e anunciasse a salvação e a soberania de Jesus Cristo na realidade em que vive o evangelizado. Todavia, não significou tal Pacto o incentivo para a participação dos membros das igrejas em movimentos sociais e políticos que defendiam a transformação da sociedade.

A preocupação central era a evangelização de indivíduos e comunidades que não conheciam Jesus Cristo e sua mensagem; defendia-se a Igreja como agente central para a difusão do Evangelho. Como destaca o documento: “a Igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas” (PACTO, ...1974).

A evangelização era considerada a atividade prioritária que levaria à ação social, não obstante seus principais teólogos afirmarem que na missão integral, ação social e evangelização se complementariam. O propósito daqueles que defendiam e pregavam a missão integral era assistir os que estivessem em situação de pobreza absoluta, ajudando-os a atingir o potencial que Deus lhes havia dado, e permitindo, dessa forma, que aceitassem Jesus Cristo como único mediador entre o homem e Deus.

A missão cristã e evangelizadora deveria orientar-se para o desenvolvimento integral da pessoa nos aspectos social, cultural, religioso, econômico e político, tendo a justiça como fundamento. No dizer de Padilla (1992:152): “[...] nenhum desenvolvimento é verdadeiro se estiver concentrado no

econômico e não der atenção adequada às questões mais profundas que afetam a humanidade e que têm a ver com o significado último da vida humana”.

Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização seria por meio da criação de instituições socioassistenciais e campanhas de solidariedade, quando haveria a possibilidade de maior contato com diferentes segmentos sociais, principalmente junto àqueles que estivessem em situação de pobreza e não tivessem acesso aos bens e serviços da comunidade. Citando Londrina como exemplo, foi neste período que, sob o patrocínio das Igrejas Protestantes Históricas, surgiram instituições socioassistenciais voltadas para o atendimento à criança e à população carente do município.

Em pesquisa realizada por Alves (2002), constatou-se que entre as décadas de 1960 e 1970 a Câmara de Vereadores de Londrina concedeu o Atestado de Utilidade Pública a sete instituições socioassistenciais fundadas por membros das Igrejas Históricas Protestantes e também a sete instituições fundadas por igrejas pentecostais – todas tendo como população-alvo crianças, adolescentes ou famílias que viviam abaixo da linha de pobreza.

Na verdade, nessas décadas as igrejas se viram compelidas a tomar uma atitude além da evangelização e da oração, visto que diante da situação econômica, social e política que se apresentava para toda a sociedade latino-americana, e no Brasil especificamente, não era possível que as denominações religiosas, fossem elas históricas de missão ou pentecostais, ficassem alheias ao que se passava ao seu redor.

Outrossim, há que se destacar que muitos de seus fiéis também eram excluídos dos bens e serviços da comunidade, vivendo em pequenas casas, impróprias para abrigar todos os membros, sobrevivendo com alimento insuficiente para matar a fome de todos, sem recursos para remédios e convivendo com a violência doméstica. Eram tais as situações enfrentadas cotidianamente, o que exigia das igrejas uma atenção que ia além de orações, já que os fiéis iam à igreja em busca de consolo e solução para suas tristezas e dificuldades.

Não podemos nos esquecer que também foi nesse momento que se deu a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que reuniu bispos e cardeais de todos os continentes em Roma. Momento histórico marcado pelo declínio do interesse de colaboração entre Igreja Católica e Estado, isto é, entre poder político e poder eclesiástico, e o crescimento do contato de padres, bispos e freiras com a população excluída dos bens e serviços da comunidade.

Diante da nova situação que se apresentava e em resposta aos desafios expostos pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965 foi aprovado o Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja, como consequência da necessidade

de renovar as estruturas desta instituição religiosa para uma ação evangelizadora mais ampla, através de uma participação maior dos membros da Igreja.

Nesse sentido, um novo olhar sobre a realidade latino-americana exigiu a elaboração de uma teologia que se propusesse apresentar o Evangelho em uma dimensão social e política, tendo por fundamento teórico o marxismo. Nasceu, então, a denominada Teologia da Libertação, que tomou por base a realidade latino-americana, marcada pela concentração de riquezas e desigualdades sociais para pregar e disseminar a palavra de Deus. Seus principais teólogos, Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, tornaram-se referências nas discussões que se travaram no interior da Igreja e nos seminários católicos.

Essa postura dos adeptos da Teologia da Libertação gerou uma crise no interior da Igreja Católica Latino-Americana, porquanto sua pregação exigia a revisão da postura política da Igreja diante do agravamento dos problemas sociais. Como consequência, surgiram e se fortaleceram as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais, que se consolidaram por todo o Brasil ao longo da década de 1970, graças aos incentivos de padres, leigos e religiosas das paróquias localizadas nos bairros da periferia. Sua principal característica consistia em discutir os problemas sociais, valendo-se da leitura do Evangelho, e exigindo do poder público respostas às questões do cotidiano dos cidadãos (SILVA, 2006).

Como se pode constatar, as adversidades do dia a dia dos fiéis e a situação social, econômica e política do país exigiram respostas que atendessem, mesmo que minimamente, aos anseios, dúvidas e dificuldades daqueles que buscavam a ajuda e a mediação da religião. E a prática caritativa, transfigurada em ajuda emergencial, foi a concretização desta resposta aos mais afetados pela crise econômica.

Se está presente na Bíblia que a caridade deve ser praticada por aqueles que desejam seguir a Jesus Cristo, porque é a expressão máxima de amor ao próximo, a forma como ela é colocada em prática diferencia-se nas religiões cristãs, em razão do fundamento teológico que as embasa, gerando, por sua vez, consequências diferenciadas.

Para a Igreja Católica, é a possibilidade de estabelecer a união e comunhão com o outro, o irmão, porque considerado filho do mesmo pai, garantindo-se a salvação a rico e a pobre, ou seja, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, pois o que se quer são ações de acolhimento e humildade: a um porque ajuda e ao outro porque aceita o que lhe é oferecido.

Já para as Igrejas Protestantes Históricas, a caridade justifica-se pelas palavras de um de seus principais reformadores, João Calvino, o qual afirmou que Deus, para demonstrar seu poder perante o homem, o afligiria

com enfermidades, miséria, guerra, e somente pela obediência às suas determinações seria libertado desses males. E aquele que se encontrasse em abundância não deveria fugir à responsabilidade de fazer caridade ao que se encontrasse em situação de infortúnio.

Outro segmento religioso que também respondeu aos problemas que emergiam cotidianamente da realidade de seus fiéis foram as igrejas evangélicas pentecostais. Este é um grupo formado por numerosas igrejas que conheceu significativo crescimento no período em questão, revelando-se um concorrente importante no mercado de bens simbólicos, porque arrematava fiéis nas fileiras das igrejas tradicionais, principalmente entre a população carente.

Na verdade, igrejas tradicionais e pentecostais buscavam alargar sua área de ação em uma sociedade que vivenciava profundas mudanças em todos os campos. Se não houvesse um mínimo de adequação das igrejas a esta realidade que se transformava, elas corriam o sério risco de ver o número de seus fiéis decrescer.

Igrejas pentecostais: os pobres e a força da fé

Algumas igrejas pentecostais, não obstante sua prática centrada na oração, com o reforço na subjetividade e emoção, voltaram sua atenção para homens, mulheres, crianças e idosos excluídos dos bens materiais e dos serviços socioassistenciais.

Não se limitaram a distribuir cestas básicas e roupas, mas organizaram instituições com voluntários e profissionais contratados para realizar o serviço com a população carente, uma ação que afirmavam fundamentar-se nos mandamentos de Deus, expressos na Bíblia. Mas, onde residiria a justificativa para uma ação assistencial se, conforme concepção da teologia pentecostal, a ação e a bênção do Espírito Santo garantiriam vida nova ao neoconverso?

No levantamento realizado com os pastores que fundaram e mantêm ou mantiveram instituições assistenciais em Londrina, constatamos o fato de todos os pastores procederem de igrejas históricas tradicionais e irem para outras igrejas ou mesmo fundarem novas, revelando a insatisfação com sua vida emocional, pessoal e religiosa e a busca por outras formas de viver e expressar a sua religiosidade, revendo seus princípios morais e readequando os recebidos anteriormente à nova realidade: “Desde que eu me converti, estou com 64 anos, eu nunca mais tive dúvida do que Deus fez na minha vida. Tenho podido ajudar muita gente com meu testemunho [...]” (Pr. 6).

Se a busca para enfrentar as agruras cotidianas se dá no plano espiritual porque depende da fé de cada um em um deus poderoso e onipotente, as razões para existirem homens e mulheres em situação de extrema pobreza

também estariam em uma esfera interna que somente cada indivíduo poderia superar. A pobreza material poderia ser decorrência da pouca fé em Deus e da desobediência às suas determinações. Portanto, os pobres seriam vítimas e algozes de seu infortúnio.

A teologia pentecostal prega o que diz o livro do Gênesis, isto é, que o homem e a mulher são criados à imagem de Deus, estando, portanto, no centro de toda a criação e tendo por vocação explorar todas as riquezas da natureza. Mas, ambos somente serão considerados como tais à medida que permanecerem sujeitos a Deus: “Ele só é livre na servidão ao seu Deus”. Fora dessa liberdade só há escravidão e o seu fim.

E seria o maligno a levar tanto a mulher como o homem a saírem dos trilhos de Deus, e isso os levaria a viver uma vida de penúria, dor, miséria. Durante a pregação em um culto, o pastor disse à assembléia de fiéis: “Muitos chegaram a Jesus viciados, quebrados. [...] É Jesus que cura, é Jesus que traz a salvação. É Jesus que vence o diabo. Ele sai e vai embora [...]. Tudo o que não presta, o ciúme, o vício naquela família, o diabo está lá, entronizado na família [...]” (culto, out./2007).

Ao voltar-se para Deus, teriam a vitória e a recompensa já aqui na terra, não somente no céu, após a morte. As pessoas vão à igreja em busca de um deus vitorioso e transbordante de alegrias e bênçãos, não querendo mais ouvir sermões que falam de um deus inquisidor e censorador. Em outro culto, disse o pastor em sua pregação: “O que Deus te prometeu ele vai cumprir [...]. Você tem um Deus que cuida de você. [...] Deus não esqueceu de você, ele tem um milagre para você” (culto, set./2007).

Como podemos verificar, a pobreza para aqueles que compartilham essa concepção de mundo decorre de uma situação individual, tanto do que tem mais, porque movido pelo egoísmo, pelo anseio do ganho fácil, que o leva a explorar seus empregados, pagando-lhes salários injustos e não ajudando os mais necessitados, quanto do que nada tem, porque uma força fora deste mundo, maligna, o estaria impedindo de prosperar, de ter um emprego, ter uma casa própria. Somente pela fé em Deus e Jesus seria possível superar esta força que estaria dominando a vida do crente.

Em todos os cultos ouvimos o pastor destacando a necessidade de expulsar o demônio da vida de cada um: “Cria que você não é um derrotado (porque) quem anda com Jesus não é um derrotado” (culto, 23/09/2007); “Vim para os demônios de satanás e me tornei um beerrão, membro de quadrilha [...]. Só melhorei quando mudei para o lado de Jesus” (culto, out./2007).

Mas, o pobre, ainda segundo essa concepção, também poderia estar nessa situação por falta de vontade de trabalhar, considerando pouco o

salário e a tarefa cansativa, e por isso não tendo disposição e preparo para viver em comunidade.

A despeito de alguns dos pastores entrevistados procederem de igrejas tradicionais, como a Católica, a Presbiteriana, a Luterana, e não abandonarem alguns princípios, mas os adaptarem à nova igreja, no caso em questão, a atenção aos mais pobres, e da distância no tempo e no espaço, ainda é significativa a presença de resquícios de algumas idéias dos reformadores protestantes no discurso de líderes espirituais das igrejas pentecostais. A título de exemplo, citamos o reforço à ideia de que o fiel deve ter uma vida dedicada a Deus e às suas determinações. Os que o temem devem seguir suas leis, porque conquistar bens e honras sem as bênçãos divinas, como os ímpios e os sem fé, de nada valerá, por ser obra do maligno. Essa é a razão para todo o crente depositar sua vida nas mãos de Deus, porque, segundo um dos pastores entrevistados, é assim que o crente em Deus alcançaria bênçãos:

[...] A Bíblia diz claramente que a questão espiritual é o fundamental na vida do ser humano [...]. Você está dando condições de você encontrar psicologicamente um caminho para que você venha resolver a sua situação. [...] quando a pessoa está bem espiritualmente ela tem fé, vai em busca de emprego, tem ânimo [...]. (Pr. 2)

Sob esse ponto de vista, o homem que deseja as bênçãos de Deus deve afastar-se de toda a maldade e mau pensamento. Se algo de bom lhe suceder, não o atribuirá a si mesmo, a sua habilidade, diligência e boa fortuna, senão a Deus, reconhecendo-o como o autor, e a ele agradecerá. É uma concepção de vida e fé reforçada sistematicamente pelos dirigentes religiosos, os quais também insistem em afirmar que a falta de fé em Deus leva o homem a cometer erros:

Desde o princípio do mundo, teve pessoas que sofrem. Pobres existem desde o princípio. Mas, Deus sempre mandou ajudar os pobres. [...] As pessoas drogadas caem nessa situação por motivo de falta de um cuidado. Talvez a ter uma ajuda religiosa, que venha orar. [...] precisa que a gente ore pelas pessoas e eles deixem Deus operar, fazer coisas lindas na vida deles, aí eles se tornam comprados e começa a sentir uma vida nova, transformada pelo Espírito Santo de Deus [...]. (Pr. 8)

Ainda em conformidade com as idéias dos principais reformadores, Deus manda que se faça o bem a todos que necessitam, mesmo que a maior parte seja indigna de receber benefícios. Todos os bens que o crente tem foram dados por Deus em depósito, com a condição de que sejam usados

em benefício de seus irmãos. O fiel deverá pôr a serviço de seus irmãos todas as suas faculdades, não pensando em si mesmo, mas buscando o bem comum da Igreja. Portanto, deve ajudar o pobre e não só no aspecto material, mas também no espiritual, porque é preciso prepará-lo para enfrentar o inimigo que o impede de vencer na vida, colocando obstáculos para que se torne um derrotado.

Os pastores reproduzem essas idéias em seus discursos, como se vê a seguir:

Eu creio que toda carência, toda necessidade é da responsabilidade, em primeiro lugar da Igreja, mais até do que do Estado. Eu creio que os governos devem cuidar, sim. Mas, a primeira necessidade do povo, de modo geral, aprendemos com o próprio senhor Jesus. Ele diz 'os pobres tereis sempre convosco'. Então, este algo que Deus tem colocado sobre nós como Igreja. (Pr. 4)

Precisa de ajuda, a fé e as obras. Se a gente só falar e não fazer também. Precisa das obras. Deus manda, é bíblico [...]. (Pr. 1)

As religiões cristãs pregam a caridade como virtude a ser alcançada. O encontro com Deus dar-se-á de forma mais completa quanto mais o fiel praticar e viver a caridade, além da fé e da esperança - denominadas virtudes teológicas, conforme São Paulo, no capítulo 13 de sua carta à comunidade de Corinto (1Cor 13). Além da oração para superar ou amenizar as dificuldades espirituais e materiais, o atendimento àqueles que vivem no limite da sobrevivência também se tornou motivo de atenção, visto que alguns fiéis precisam mais do que oração e alimento para a alma, por apresentarem dificuldades materiais, como a falta de alimentos, roupas e remédios.

Os dirigentes espirituais das igrejas pesquisadas constataram que pregar palavras de fé e conforto não eram suficientes, as necessidades do corpo também eram prementes, como relataram:

A igreja entende que não pode dar apenas a Bíblia para as pessoas. Nós temos que dar também o pão, muitas vezes aqui, hoje, a luta é muito grande para dar a comida, às vezes o remédio. Nós temos uma assistência aqui, hoje, que nós atendemos os velhinhos da igreja [...]. (Pr. 5)

[...] Até hoje nós damos assistência a muitas famílias. Não apenas com cesta básica, mas uma assistência integral, com ensino, com amor, com dedicação [...]. Eu posso pregar amor para você e tentar demonstrar amor. Mas, se isso não for materializado, não tem valor [...]. Quando nós demonstramos a nossa fé com a obra é diferente [...]. (Pr. 3)

Na verdade, a idéia de que a caridade deve ser praticada em favor do mais pobre está presente em todas as falas dos pastores, porque afirmam ser uma determinação de Deus que está expressa na Bíblia. Citamos dois pastores que abordaram explicitamente esta questão:

[...] Por exemplo, os drogados, pessoas que entram no vício, depois se arrependem. Tem que ter uma ajuda. E têm sido muito os recuperados. E outros necessitados, todo lugar tem, principalmente os nossos irmãos da fé [...]. (Pr. 1)

[...] Nós temos um princípio, que é o princípio da Palavra de Deus, princípio da prática do amor [...]. O amor não é um sentimento. A prática do amor é um mandamento [...]. Se ele é um mendigo, se ele é um pobre, se ele é um rico. Nós ensinamos isso para os nossos líderes, ensinamos isso para a igreja [...]. (Pr. 3)

Nas entrevistas verificamos que a iniciativa para as ações assistenciais se deu por motivações emocionais, espirituais e pessoais dos dirigentes diante do que se apresentava em seus templos. A orientação que partia da administração, no que se refere ao atendimento às situações emergenciais das famílias, limitava-se a um ministério, geralmente formado por mulheres. Cabe destacar que a Assembléia de Deus é uma exceção porque se voltou para a área social por conta de uma orientação da própria hierarquia.

De acordo com Monteiro (1999), que analisou as representações da pobreza e as práticas de assistência da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no município do Rio de Janeiro, a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB), ligada à Igreja Assembléia de Deus, sistematizou a prática assistencial nos seus quadros com a criação do Conselho Nacional de Assistência Social, em 1997, e a Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil do Ministério Madureira (CONAMAD) estimulou suas igrejas filiadas a dar maior atenção à ação assistencial.

A verdadeira caridade procederia do coração e possibilitaria uma relação de união e comunhão com o outro, que é considerado a imagem de Deus, a quem se deve prestar toda honra e amor e quem garante a salvação ao rico e ao pobre, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, pelas ações de acolhimento e humildade: ao primeiro porque ajudaria e ao segundo porque aceitaria o que lhe é oferecido. Não conceberia o conflito e a discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Aliás, onde a caridade se fizesse presente, as desavenças desapareceriam.

Segundo essa perspectiva cristã, a ausência de conflito geraria uma relação fraterna, de irmãos em condição de igualdade, porque um estaria em

melhor situação social e econômica do que o outro: o que tem mais conquistado a redenção através da doação, da esmola, visto que o Reino de Deus não é acessível para quem tem muitos bens materiais e não ajuda aquele que não tem condições de se manter; e o que tem menos permite que ambos conquistem a salvação, porque aceita sem reclamar o que lhe é dado, visto que, por sua inaptidão, não conseguiu sobreviver sem a beneficência de outrem. Enfim, uma mútua aceitação (SILVA, 2006).

Essa situação resultou em uma relação de submissão, na qual aquele que tem menos sujeita-se à vontade e às orientações de quem tem mais, pois sua condição material e espiritual é consequência de problemas individuais ou espirituais que não foram superados, necessitando da intervenção de outra pessoa mais obediente à vontade de Deus, portanto, mais capacitada para aconselhar, orientar, educar.

Como as igrejas não estão isoladas do que se passa ao seu redor e sofrem as consequências do que ocorre fora de suas paredes, foi preciso ampliar sua “cobertura”, ou seja, se antes a prioridade era a oração, a cura e a libertação, depois, quando cresceu o número daqueles que iam em busca de soluções para seus problemas cotidianos, foi preciso responder com ações caritativas, sob pena de perder fiéis para outras igrejas que apresentavam uma resposta satisfatória à demanda. O pastor destacou esta situação:

O mesmo desemprego que bate na porta de quem não tem igreja é o mesmo desemprego que atinge a pessoa que frequenta a igreja todos os dias. Daí a necessidade da igreja de manter esta assistência até para os membros da igreja. Porque seria incoerente que uma pessoa que frequenta uma igreja evangélica ou que não é evangélica ela passe fome [...]. Se você tem compromisso com a sua igreja, a sua igreja tem responsabilidades para com você [...]. (Pr. 5)

Explica Bourdieu (2004:51):

O interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente desta posição [...],

ou seja, o interesse religioso do grupo a quem se dirige a mensagem visa confirmar e legitimar suas condições materiais e simbólicas de existência. Assim, a eficácia e o alcance da mensagem religiosa serão maiores à medida que se adequarem às necessidades do crente, considerando-se a posição que

este ocupa na estrutura socioeconômica, para que melhor possa responder aos seus medos, ansiedades e expectativas.

Portanto, as práticas e crenças religiosas de uma dada Igreja têm de estar em “harmonia quase miraculosa” com os interesses religiosos de seus membros, não se esquecendo que esta harmonia nada mais é do que o resultado de uma reinterpretação e readequação da mensagem disseminada pelos dirigentes religiosos, de forma deliberada ou “de modo inconsciente apenas pela força das leis da difusão cultural” (BOURDIEU, 2004:51), para atender o grupo de seguidores e assim garantir, reforçar e reproduzir o poder e a hegemonia perante o mesmo.

Outro aspecto que mais uma vez destacamos refere-se ao fato de que essa mensagem também serve a interesses extrarreligiosos, quais sejam, garantir e legitimar uma dada ordem social e política, que se pretende apresentar e justificar como uma ordem designada por Deus, a qual, portanto, deve ser aceita por todos os crentes. Como bem destacou Bourdieu (2004:72): “Por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política”.

A eficácia e eficiência da mensagem religiosa e da própria religião serão tanto maiores quanto mais assegurarem um *habitus* que orienta o modo de ser, agir e pensar dos fiéis com vista a reforçar e legitimar uma situação social e política de uma determinada sociedade. Esse fato podemos constatar a partir da fala do pastor e da atitude que foi adotada diante de uma situação que se apresentava como ameaça à ordem política:

[...] E ai foi declarado o Dia Nacional de Oração e Jejum, 15 de novembro de 1963, o dia todo. As igrejas evangélicas do Brasil orando a favor do Brasil para salvação do Brasil [...]. Ficamos mais de 20 anos, todo dia 15 de novembro, orando. Íamos às 6 horas da manhã para a igreja e ficávamos até às 6 horas da tarde orando a favor do Brasil. Orando pela paz, orando pela nação, orando pelo governo [...]. (Pr. 7)

Igrejas pentecostais: novas respostas para antigos problemas

Para alguns líderes a mensagem religiosa, além de enfatizar as palavras de Deus, também deve destacar a importância de ajudar aos que se encontram em precárias condições de sobrevivência. Levados pelo princípio de que a ajuda ao pobre é determinação bíblica, alguns pastores resolveram acatar esta orientação, criando e organizando instituições que atendessem às necessidades dos mais carentes de bens materiais, além do atendimento às carências espirituais do crente.

A fé, embasada na emoção e subjetividade do pastor, e a determinação de obedecer aos desígnios de Deus orientavam e fundamentavam a ideia de criar instituições assistenciais. Na verdade, o caminho seguido pelos pastores foi menos para enfrentar os problemas sociais e mais para amenizar as dificuldades cotidianas, pois, de acordo com a teologia pentecostal, o Espírito Santo garantiria, por meio do batismo, a plenitude do corpo e da alma, tornando homem e mulher íntegros e completos e em condições de superar as aflições financeiras e emocionais. Conforme os pastores:

[...] nessa época, um grupo de pessoas sentiu a necessidade de você ter uma entidade até para facilitar este atendimento com o auxílio do poder público. Dentro daquilo que esteve ao nosso alcance nós fizemos, e acredito que nós fizemos bem. (Pr. 5)

Depois que o homem crê, obedece e pratica, ele passa a usufruir bênçãos, através da fé. Você adquire de Deus uma coisa que não tinha antes. Realmente, como é que vai acontecer uma cura? [...]. A Bíblia ensina só de Jesus. Quando você pede em nome de Jesus, o nome dele tem poder. Você pode usufruir o nome dele. (Pr. 8)

[...] Criamos todo esse trabalho de assistência social, porque acho que o Evangelho não é só alma-espírito, também é corpo. E Jesus foi exemplo disso: pregava para o coração, para a alma, para o espírito. Mas, cuidava dos pobres, dava de comer, curava os enfermos, ajudava os necessitados. Os evangelhos têm que se preocupar com o espírito, com a alma e com o corpo. O homem completo, não só uma parte [...]. (Pr. 7)

As igrejas surgiram para atender à demanda de um segmento da sociedade, não somente pela vontade de uma pessoa, ou seja, do pastor. Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil sofreu mudanças importantes nos campos social, cultural e econômico, levando homens e mulheres em busca de respostas que as denominações religiosas tradicionais não davam, já que a maior parte de seus fiéis pertencia à classe média dos centros urbanos, em sua grande maioria alfabetizada. Igrejas cujo ritual era mais elaborado, e cuja pregação era mais afinada com os interesses dessa classe, mas não atingia as necessidades e anseios de um segmento social que crescia rapidamente, como os desempregados, os subempregados, os trabalhadores rurais expulsos do campo que migravam para as cidades, as empregadas domésticas, os comerciários.

Como a competitividade religiosa crescia vertiginosamente, caso a igreja não atendesse às expectativas e necessidades de fiéis ávidos por solução, consolo ou explicação para seus tormentos – físicos e emocionais –, estes

buscariam em outra igreja aquilo por que tanto ansiavam. Neste sentido, a competição religiosa acirrou-se em decorrência do excesso de ofertas, o que exigiu que as igrejas adequassem sua ação evangelista e missionária às expectativas de seus fiéis. Por um lado, os pastores proclamavam em suas pregações que a conversão e o louvor a Jesus Cristo possibilitaria encontrar conforto para as aflições do dia a dia, como testemunhamos em um culto: “É maravilhoso quando você está em aflição e tem onde recorrer, Jesus Cristo [...]. Quando você entrar em crise, lembra que você tem Jesus Cristo” (culto, 05/08/07). Por outro, alguns estenderam suas atividades para ações mais intramundo, com seus fiéis e futuros fiéis. Como afirmou o pastor:

[...] É muito importante a gente ver na prática o efeito que o Evangelho produz na vida das pessoas. Não é apenas o fato de você oferecer para a pessoa uma cesta básica ou uma religião. Na verdade, o Evangelho oferece uma possibilidade para a pessoa mudar de vida [...]. (Pr. 5)

As igrejas, de modo geral, não adotam como política de ação a criação e manutenção de instituições socioassistenciais, ou mesmo o incentivo para seus membros desenvolverem atividades assistenciais. São ações motivadas por princípios e valores dos dirigentes espirituais que, sensibilizados com a situação de pobreza daqueles que se encontram ao seu redor, partem para ações mais sociais, justificando suas motivações como uma determinação bíblica para amparar os mais pobres.

[...] há um entendimento de que uma igreja é forte quando ela tem um trabalho de evangelismo e doutrinação forte, quando tem um trabalho assistencial forte e ela mostra a cara para a sociedade. Este entendimento vem de muito tempo. O evangelismo, a doutrinação e o trabalho social. É um tripé. O entendimento é de que a igreja não pode ficar dentro das quatro paredes falando ‘Jesus salva, Jesus é bom’ [...]. (Pr. 6)

Assim, na perspectiva da subjetividade e submissão às determinações divinas, doar cestas de alimentos e roupas àqueles que batem à porta da igreja requer um ministério específico para tal fim, composto por pessoas dispostas a executar esta tarefa, as quais deverão seguir orientações previamente dadas, tais como: o pobre que recebe a doação deve ter um comportamento de acordo com as normas estabelecidas pela igreja, não reclamar da qualidade do que ganhou, mas apenas agradecer. É uma relação pessoal entre doador e ‘pedinte’, em que se estabelece uma dependência do segundo para com o primeiro.

Caridade e direitos sociais: proximidades e divergências

E é justamente pelo fato de as ações assistenciais estarem centralizadas mais na subjetividade e espiritualidade que em razões terrenas, como direito social e cidadania, que alguns desistiram de administrar uma instituição e outros a fecharam, porque houve dificuldade de atender às exigências legais, mesmo as mais elementares, como ter profissionais e não somente voluntários, e aplicar os recursos públicos somente para o atendimento aos usuários, e não para outros fins.

Os pastores responsáveis pela instituição assistencial constataram que, além da fé, era preciso um mínimo de capacitação técnica para manter uma instituição socioassistencial. Quando estes criaram as instituições socioassistenciais, a assistência social não era considerada um direito social, mas um poderoso instrumento de barganha, dando-se a proteção social em troca de serviços ou votos. Políticos, como vereadores, deputados, senadores e governadores, ofereciam a ajuda material, como cestas básicas, roupas, remédios, e em troca recebiam os votos, “criando entre a população assistida e voluntários ou funcionários uma relação vertical e de favores, na qual a dependência e submissão tornam-se condições para receber a ajuda eventual” (SILVA, 1999:70).

Criar uma instituição, ter acesso aos recursos públicos não era considerada uma tarefa complexa, porque não havia a necessidade de atender a critérios estabelecidos, como pessoal técnico qualificado e ambiente de trabalho – como salas, banheiros, despensas – adequado ao público usuário. Era suficiente a vontade de criar a instituição e conhecer o deputado ou o administrador público que liberaria recurso financeiro. De acordo com um entrevistado, essa era uma prática comum:

Ele (o pastor) era muito envolvido com os políticos. Aí, ele conseguiu verbas, para estar ajudando. Em 1974, eu fiz os documentos para utilidade pública do município, do Estado, para conseguir vir esta verba. (Pr. 2)

As atividades assistenciais confundiam-se com o proselitismo de seus pastores e voluntários, os quais, ao mesmo tempo em que prestavam assistência, reproduziam seus princípios religiosos, valores morais e éticos. Esta situação podemos verificar na fala dos dirigentes espirituais das igrejas:

O retorno espiritual é o principal que a igreja visa, não adianta você matar a fome de uma pessoa se a alma dela está faminta. E, quando você não tem este retorno espiritual, você prefere direcionar a sua atividade para onde tem retorno espiritual [...]. Mas, mesmo assim, a gente mantém entre nosso povo uma assistência. (Pr. 2)
Através da creche, pais de alunos têm aceitado a Jesus como Salvador e hoje são membros de nosso ministério. (SOUZA, 1999:33)

A assistência aos que se encontram em precária situação material requer mais do que palavras e frases religiosas ou incentivadoras. As dificuldades se fazem notar logo no início dos trabalhos, porque os problemas que são trazidos por homens e mulheres vão além de razões espirituais. No entanto, na implementação e encaminhamento do trabalho social por aqueles que justificam suas ações em motivações espirituais, observa-se o pouco conhecimento que possuem acerca de atividades intramundanas que exigem planejamento, organização, critérios técnicos, administração.

As falas dos pastores refletem a dificuldade de separar práticas de cunho religioso de práticas assistenciais. É necessário acreditar na força do Espírito Santo e da fé para mudar de vida e encontrar o caminho da paz, da prosperidade e da saúde, tendo em vista que o trabalho assistencial decorre da necessidade de atender as determinações de Deus, independentemente de filiação religiosa. Trata-se de uma ação ancorada em um trabalho individual, centralizado no pastor ou em pessoas de sua confiança, não de um trabalho de um grupo ou da própria instituição religiosa, porque, não obstante, na maioria das vezes ser uma atividade prevista nos estatutos da mesma, não é planejada e muito menos executada por profissionais qualificados para as funções necessárias, como assistentes sociais, enfermeiras, pedagogos, fisioterapeutas, cozinheiros, zeladores, entre outros.

Vimos corroborar essa afirmação, quando entrevistamos o pastor de uma denominação religiosa:

[...] Se todo o povo evangélico começasse a fazer alguma coisa nessa área, os evangélicos hoje no Brasil são uma potência, nós precisamos fazer muito mais do que fazemos. Mas, há mais interesse em construir um templo, colocar tijolo em cima de tijolo, e as vidas ficam abandonadas. Hoje se fala muito em dinheiro, para trazer dinheiro para a denominação aplicar [...]. (Pr. 6)

Em 1988, uma nova Constituição foi promulgada, e em seu artigo 203 a assistência social passou a figurar como política pública, determinando o Estado como o grande responsável pelo enfrentamento da pobreza e os usuários como cidadãos de direito:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1995)

Em dezembro de 1993, foi sancionada pelo Presidente da República Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742), que regulamentou a assistência social enquanto uma Política de Seguridade Social “que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993)

Portanto, deixou de ser uma ação exclusiva de igrejas e das instituições socioassistenciais. Passou a ser um dever do Estado, ou seja, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, deveria assumir a responsabilidade por programas e projetos sociais voltados para a população carente de bens e serviços sociais. Além disso, também houve a necessidade de as instituições se adequarem às exigências da lei, ou seja, melhorarem as condições físicas das mesmas, contratarem profissionais qualificados para o atendimento à população usuária, definirem critérios técnicos e não critérios religiosos para atender os que procuram a instituição. Ter boa vontade e acreditar na força de Deus não seriam suficientes para criar e administrar uma instituição socioassistencial.

O pouco interesse das igrejas evangélicas pentecostais para desenvolver atividades sociais vem de longa data. Sua motivação fundamental é a oração. As obras deixam de ser essenciais porque não são elas que levarão à salvação, mas a justificação pela fé. Afinal, conforme palavras dos principais reformadores protestantes, somente pela fé os pecados seriam perdoados. A única obra de todos os cristãos seria formar-se por meio da palavra de Deus, praticando e fortalecendo, assim, a fé.

A entrada de igrejas nessa seara, isto é, na ação social, foi para atender a uma demanda provocada pelo crescimento do número de pessoas carentes, entre elas, seus fiéis, que iam em busca de conforto e solução para seus problemas imediatos. Com o aumento da competitividade no campo religioso, oferecer novos serviços possibilitaria aumentar o número de fiéis, além de demonstrar respeitabilidade e adquirir legitimidade social pela preocupação com os problemas terrenos, ou melhor, sociais.

A ação socioassistencial é uma prática recente nas igrejas pentecostais; seu exercício se dá ao lado de expressões religiosas guiadas pela espontaneidade e pelas emoções. Basta verificarmos as justificativas de um dos pastores:

Eu trabalhei na área de libertação e os frutos que a gente conseguiu foi porque tem que aliar a libertação, a cura e a doutrinação. Se uma pessoa está tendo incorporações de espíritos malignos no corpo dela, é porque houve alguma brecha. Um sentimento contra o pai, contra a mãe. Uma desavença familiar. Uma perda significativa de bens materiais [...]. (Pr. 6)

Essa situação ocorre porque tais igrejas são fruto de movimentos que se fundamentaram na subjetividade de seus principais dirigentes, que exortaram todos a experimentar e proclamar sua fé em grandes êxtases de louvores e orações. Por essa razão, as justificativas para a atividade assistencial se dão em bases espirituais, e não nas atividades sociais. Homens e mulheres que vivem experiências sob bases religiosas se voltam para os problemas sociais, mas o seu *habitus* religioso centraliza-se na oração e no louvor; desse modo, suas ações também se justificam em bases no sagrado, como podemos verificar na fala do pastor:

[...] Há dois anos iniciamos um trabalho de distribuição de sopão no bairro. Deus nos deu uma estratégia para alcançar aquelas vidas [...].E criamos uma creche, que estamos agrupando um grupo, eu calculo que umas 30 crianças estão sendo atendidas. Por enquanto não temos a ajuda do governo. Mas, Deus não tem deixado faltar o necessário. (Pr. 4)

Romper com hábitos e concepções tão fortemente enraizados, construir e reconstruir novas formas de pensar e agir exigiria o questionamento e a superação dos próprios valores éticos e cristãos, já que haveria uma abertura e conseqüente compreensão da realidade social em que se está imerso, o que possibilita elaborar novos valores morais e espirituais.

A pouca experiência na área, e com bases espirituais, levou a grandes dificuldades para desenvolver o trabalho socioassistencial, motivando a desistência de alguns e o confronto de outros com o poder público no que diz respeito às exigências legais. Quando a instituição assistencial tem acesso aos recursos públicos, seja das esferas federal, estadual ou municipal, lhe é exigido que siga algumas determinações legais, como por exemplo, atender quem precisar independentemente de credo religioso, haja vista que o recurso destinado à instituição tem como finalidade básica a qualidade e equidade no atendimento ao usuário. Todavia, constata-se que por vezes ele foi (e algumas vezes ainda é) utilizado de maneira incorreta ou para outros fins que não a assistência aos que acorrem à instituição.

Essa má aplicação dos recursos tornou-se, em algumas ocasiões, foco de conflitos entre técnicos das Secretarias de Assistência Social, como assis-

tentes sociais, entre outros, com os diretores das mesmas, já que eles não aceitaram atender às normas alegando ingerência do Estado em uma prática caritativa, não obstante receberem recurso público.

A não aceitação ou adequação às determinações estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social acarretam sanções que podem levar à suspensão do repasse de recurso, gerando duas alternativas para os seus gestores: manter a instituição com doações de voluntários ou fechá-la, visto que os gastos para sua manutenção são elevados. Verificamos essa situação quando ouvimos a justificativa dos pastores para não mais administrarem instituições assistenciais:

Hoje está um pouco diferente. Ao invés de nós termos um lugar que nos traz muitos custos e tem uma legislação muito rígida para você cumprir quando você coloca pessoas idosas para morar num determinado lugar [...]. (Pr. 5)

Tinha 40 crianças, as verbas da Prefeitura sempre foram poucas [...]. Deram um prazo para nós nos regularizarmos. As instalações estavam muito precárias. Resolvemos a questão da cozinha, que era a mais grave. Com a despesa que nós tínhamos, a verba que a prefeitura mandava não dava para cobrir [...]. (Pr. 2)

[...] As entidades filantrópicas só são convidadas quando tem interesse do gestor público. Quando a entidade precisa ser apoiada, ela precisa ter as metas cumpridas com a ajuda do poder público, o poder público não ajuda [...]. (Pr. 3)

De acordo com o pastor que administrava e mantinha uma instituição voltada para o atendimento a idosos, os problemas que teve com o poder público foram causados por uma resistência dos profissionais da área social da Prefeitura em reconhecer a atividade da instituição, por sua identidade religiosa: “Especialmente quando você fala que é uma entidade ligada ao setor cristão-evangélico. Você nota uma certa resistência do poder público [...]”.

A criação de uma instituição assistencial pelas igrejas baseia-se normalmente em motivações religiosas, levando o atendimento àqueles que buscam a mesma a também se basear em critérios religiosos. O agravamento da pobreza da população de baixa renda e a sua procura por soluções sobrenaturais ou, poder-se-ia dizer, miraculosas, levam algumas igrejas que nasceram em meio a esse grupo social a responderem tanto com orações como por meio de práticas assistenciais.

Essas práticas, como pudemos perceber a partir das entrevistas com seus protagonistas, justificaram-se como tentativas de aliviar as péssimas condições de vida de homens e mulheres que procuram as igrejas em busca de ajuda espiritual e material, mas também como forma de buscar legítimi-

dade em uma sociedade na qual a Igreja Católica detém, ainda, a hegemonia e entre seus pares, diante de conflitos que se davam entre os principais representantes das denominações religiosas.

Porém, mais uma vez valores morais e religiosos determinariam os encaminhamentos e as ações desenvolvidas nessa área, porque o essencial era transmitir uma mensagem que levasse à conversão e aceitação da doutrina da Igreja, e isso provocava dificuldades, principalmente quando a assistência passou a figurar como política pública, com diretrizes e normas fundamentadas em direitos sociais que deveriam ser seguidas pelas mantenedoras das instituições assistenciais.

Quando o pastor e os fiéis da igreja decidiram fundar uma instituição assistencial e passaram a atender a população carente, não suprimiram suas emoções, nem se desfizeram de seus sentimentos e valores espirituais, suspendendo-os como se suspende uma roupa no cabide do armário: “Acabou o trabalho assistencial, já posso vestir minhas emoções e meus valores!”. Mas, viram-se diante da necessidade de separar princípios religiosos e garantia de direitos sociais no que se refere à ação assistencial institucionalizada.

Algumas procuraram adaptar-se às exigências da lei, mas ainda ancoradas fundamentalmente em princípios religiosos, vindo isso a ocasionar conflitos com técnicos do poder público, corresponsáveis pela fiscalização e controle das instituições que prestam serviço assistencial.

As demais desistiram ou foram levadas a suspender o serviço, com a alegação de que as exigências impostas pelo poder público não se justificavam diante do pequeno recurso financeiro repassado à instituição.

De qualquer modo, a presença de igrejas evangélicas pentecostais na área da assistência social ainda é incipiente. E as poucas iniciativas foram acompanhadas de dificuldades e conflitos com o poder público. A teologia e doutrina pentecostais, fundamentando a concepção de mundo e *habitus* religioso de seus membros, apresentam-se como obstáculo à entrada nessa área, porquanto seria a fé em um deus poderoso e onipotente que possibilitaria a superação das dificuldades e aflições.

Considerações finais

Proselitismo e defesa dos direitos sociais não caminham na mesma estrada (será que ao menos na mesma direção?), porque enquanto o segundo visa mudanças e melhorias sociais por meio do acesso aos recursos e serviços da comunidade sob a garantia e proteção do Estado, o primeiro fundamenta-se na ideia de que a crença e a prática religiosa são a garantia de conseguir prosperidade, saúde, emprego.

Quando os caminhos se cruzam, o conflito logo se manifesta, visto que são duas concepções distintas com poucas possibilidades de se conciliarem, não obstante alguns cursos de Teologia ligados às igrejas evangélicas atualmente estarem adotando em seus programas de disciplinas temas como missão integral, ação social, responsabilidade social; mas não questionam a ordem social e econômica estabelecida, o que exigiria a ruptura com valores tão fortemente arraigados.

Por esta razão, acreditamos que as igrejas cujos líderes espirituais tenham cultivado em sua formação valores como caridade e solidariedade apresentam maior familiaridade e, portanto, maior facilidade para desenvolver um trabalho assistencial em que não haja somente predominância de um discurso e intenção religiosa, mas também maior concordância com as exigências da lei no que se refere à prática da assistência social.

Para a sociedade brasileira, marcada pela má distribuição de renda e desigualdade social, oferecer serviço assistencial de qualidade pelo poder público e/ou voluntários não é considerado prioridade, já que há a concepção de que para homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes que vivem abaixo da linha de pobreza, qualquer ajuda concedida é considerada suficiente. Como cidadãos sem acesso às riquezas e sem as garantias dos direitos sociais, resta-lhes depender da boa vontade e caridade dos demais cidadãos e “irmãos”, porque a fé lhes restituiria uma nova condição de vida. Nesta perspectiva, se não conseguiu vencer a pobreza, o motivo estaria na fraqueza de sua personalidade e pouca vontade de melhorar.

As igrejas e seus membros têm como atividade primeira e prioritária orar e louvar a Deus. Quando decidem pôr em prática uma das virtudes teológicas – a caridade – os problemas começam a se manifestar, principalmente quando há a decisão de institucionalizá-la, ou seja, criar instituições assistenciais.

Adaptar a prática da caridade fundamentada no sagrado às determinações da lei, com base em valores terrenos, exige que os valores religiosos sejam reelaborados, exige também rever o modo de pensar e agir. Contudo, esta é uma situação que poucos estão dispostos a enfrentar. Agradecer ou culpar a um deus onipresente e poderoso pelos problemas sociais existentes aqui na Terra torna-se o caminho menos trabalhoso e doloroso.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. C. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ALVES, J. M. *História da assistência social aos pobres em Londrina: 1940-1980*, 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 46-81.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1995). Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. *Lei Orgânica da Assistência Social*, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal.
- MONTEIRO, C. R. T. *As representações da pobreza e práticas de assistência entre pentecostais: o caso da Assembléia de Deus*, 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PACTO de Lausanne. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO MUNDIAL*, 1., 1974, Lausanne, Suíça. Disponível em : <http://www.monergismo.com/textos/credos/Pacto_de_Lausanne.pdf> Acesso em: 15 jun. 2004.
- PADILLA, R. *Missão integral: ensaios sobre o Reino e a igreja*. São Paulo: Fraternidade Teológica Latino americana – Setor Brasil e Temática Publicações, 1992.
- SILVA, C. N. *Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina: 1964-1988*, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.
- _____. (2006) Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 15, p. 326-351.
- _____. *As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990)*, 2008. 181 p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- SOARES, L.T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Coleção Os porquês da desordem mundial)
- SOUZA, Z. M. *História da Assembléia de Deus em Londrina: 40 anos*. Londrina, 1999.